

Governo faz cortes duros de despesas e aumenta impostos

O GLOBO explica o impacto das medidas anunciadas ontem no dia-a-dia dos consumidores

Um elenco de medidas que inclui um duro corte de gastos, a redução drástica do déficit da Previdência e o aumento da arrecadação de impostos foi anunciado ontem pelo ministro Pedro Malan (foto) para, em três anos, tentar o que as últimas administrações não conseguiram no país: fazer o Governo gastar dentro dos limites do que arrecada, eliminando o déficit público. Os cortes previstos atingirão todo o setor público, incluindo projetos do Programa Brasil em Ação, mas terão impacto menor nas áreas sociais. Pelas contas do Governo, o programa permitirá, já em 1999, um ganho de R\$ 28 bilhões, dos quais R\$ 8,7 bilhões serão obtidos com cortes no Orçamento da União, R\$ 13,26 bilhões com aumento de receita, R\$ 3,53 bilhões após a reforma da Previdência e outras reformas, e mais R\$ 2,55 bilhões com o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos. Neste caso, os servidores aposentados e pensionistas passarão a pagar 11% sobre os salários inferiores a R\$ 1.200. Os servidores ativos e inativos que ganham acima deste limite contribuirão também com uma alíquota adicional de 9% sobre o valor excedente. Não haverá alterações para os trabalhadores e aposentados do setor privado (INSS). Para aumentar sua receita, o Governo propõe elevar no ano que vem a alíquota da CPMF, que subiria dos atuais 0,20% para 0,38%, caindo para 0,30% em 2000. Além disso, para as empresas, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) passará de 2% para 3% e será cobrada também dos bancos. Pelas projeções do Governo, o aumento dos juros e a crise internacional farão com que o Brasil enfrente recessão no ano que vem, com uma queda de 1% do PIB. Em compensação, o programa prevê a queda nas taxas de juros dos atuais 40% ao ano para 20% em 1999. O mercado financeiro aprovou o programa, mas teme uma longa negociação no Congresso diante da reação contrária da oposição. O FMI divulgou nota oficial apoiando o ajuste e o presidente Bill Clinton ligou para Fernando Henrique elogiando as medidas.

Páginas 23 a 41,
Panorama Político,
Marcio Moreira Alves,
Panorama Econômico
e Joelmir Beting



AFP

AS PRINCIPAIS MEDIDAS

REDUÇÃO DE GASTOS

- O Governo está propondo um corte total de despesas em todos os ministérios (incluindo estatais federais). Cada ministério terá autonomia para decidir onde fará os cortes. Alguns projetos do programa Brasil em Ação serão atingidos.

FEF: O Governo quer aumentar o percentual que os estados transferem para o Fundo de Estabilização Fiscal de 20% para até 40%. A medida encontra grande resistência no Congresso porque mexe diretamente com os governadores.

REDUÇÃO DE DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS:

- Os servidores inativos (pensionistas e aposentados), que eram isentos de recolhimento para a previdência, que ganham até R\$ 1.200, passam a contribuir com 11% dos seus vencimentos.
- Os funcionários ativos e inativos que ganham acima de R\$ 1.200 passarão a contribuir também com uma alíquota adicional de 9% sobre o excedente.
- Os militares, senadores e deputados não serão afetados porque têm um regime à parte de previdência. Para os contribuintes do INSS não haverá alteração.

AUMENTO DE IMPOSTOS

CPMF: A partir de 1º de janeiro de 1999, a alíquota da CPMF subiria de 0,20% para 0,38% sobre todas as movimentações financeiras. Mas alguns bancos deverão manter a isenção para os depósitos em caderneta de poupança. Em 2000 e 2001, a alíquota da CPMF deverá cair de 0,38% para 0,30%.

COFINS: A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incide sobre o lucro das empresas, subirá de 2% para 3%. Esse adicional poderá ser compensado no Imposto de Renda das empresas. Os bancos passarão a pagar.

